

Empresarização: Reflexões Sobre o Mercado de Trabalho, a Empregabilidade e a Inserção Profissional

Cecília Leão Oderich (UFRGS) - cloderich@ig.com.br

Patricia Tometich (UFRGS) - ptometich@gmail.com

Resumo:

Apresentamos uma ideia de pesquisa neste trabalho em construção que tem o objetivo de aprofundar a compreensão das relações de trabalho no mundo contemporâneo. Para tanto, pretendemos realizar uma pesquisa de natureza quantitativa buscando estabelecer as relações entre o conceito de empregabilidade e as características da forma hegemônica de organização da sociedade contemporânea - a empresa. Seria sinônimo de empregabilidade o comportamento individual que se espelha na gestão de organizações empresariais? Seria a "atitude empreendedora" uma demanda para a inserção profissional? Apresentamos reflexões sobre o mercado de trabalho, a empregabilidade e a inserção profissional no contexto do "mundo-empresa" (SOLE, 2008) e nossas ideias iniciais acerca da construção de uma pesquisa quantitativa cuja análise não pretende generalizar, mas ampliar a compreensão de movimentos históricos em curso no mundo do trabalho.

Palavras-chave: *Empresarização; mercado de trabalho; empregabilidade, inserção profissional.*

Área temática: *GT-10 Empresa e Modernidade: Sobre Origens, Características e Implicações da Generalização da Forma Empresa*

Empresarização: Reflexões Sobre o Mercado de Trabalho, a Empregabilidade e a Inserção Profissional

RESUMO

Apresentamos uma ideia de pesquisa neste trabalho em construção que tem o objetivo de aprofundar a compreensão das relações de trabalho no mundo contemporâneo. Para tanto, pretendemos realizar uma pesquisa de natureza quantitativa buscando estabelecer as relações entre o conceito de empregabilidade e as características da forma hegemônica de organização da sociedade contemporânea – a empresa. Seria sinônimo de empregabilidade o comportamento individual que se espelha na gestão de organizações empresariais? Seria a “atitude empreendedora” uma demanda para a inserção profissional? Apresentamos reflexões sobre o mercado de trabalho, a empregabilidade e a inserção profissional no contexto do “mundo-empresa” (SOLE, 2008) e nossas ideias iniciais acerca da construção de uma pesquisa quantitativa cuja análise não pretende generalizar, mas ampliar a compreensão de movimentos históricos em curso no mundo do trabalho. **Palavras-chave:** Empresarização; mercado de trabalho; empregabilidade, inserção profissional.

Contextualização

Esta é uma pesquisa em construção, cuja intenção é aprofundar a compreensão acerca das relações de trabalho no mundo contemporâneo. Inspiradas pelas ideias de Solé (2000; 2008) acerca da centralidade da Empresa enquanto forma de organização na sociedade moderna, nos perguntamos como a capacidade de inserção no mercado de trabalho estaria relacionada ao comportamento individual ser espelhado nas práticas das organizações empresariais. Para tanto, buscamos correlações entre leituras que realizamos ao longo dos estudos sobre os temas *mercado de trabalho, inserção profissional, empregabilidade e empresarização*. Nossa ideia é elaborar uma pesquisa quantitativa a respeito da percepção da empregabilidade tanto por profissionais ou estudantes quanto por empresas especializadas em processos seletivos. Apresentamos a reflexão a partir de leituras realizadas até aqui, cientes de que estamos em um estágio inicial e esperando ter a oportunidade de discutir a ideia de pesquisa no CBEO, encontrando o melhor método e abordagem para a sua sequência.

O estudo do trabalho de Solé (2000; 2008) e de Abraham (2006) nos guiou para a leitura de autores de diferentes campos do conhecimento – sociologia, antropologia, economia e outros – permitindo compreender o quanto é naturalizado e considerado como “dado” um mundo que é histórico e que foi construído. Solé (2000) fala sobre a capacidade singular que os seres humanos possuem para criar o seu mundo que é, hoje, o mundo-empresa.

No mundo-empresa, uma das ideias basilares é a de *escassez*, conceito bastante difundido no mercado de trabalho, a exemplo do desemprego, do subemprego, da escassez de vagas e do medo da exclusão. A escassez foi apontada por Abraham (2006) como um dos hábitos coletivos do mundo-empresa. Para este autor a escassez é o problema econômico fundamental, considerando que os bens são raros e que, portanto, a sociedade deve utilizá-los de forma eficaz. Aliado a isto, Abraham (2006) destaca a crença de que os desejos humanos são insaciáveis, sendo esta a origem da escassez. Neste contexto, os indivíduos são condenados ao esforço no trabalho para juntar o maior número de bens possível, em reação ao receio de que lhes falte algo.

Ao estudar a centralidade da empresa como força organizadora da sociedade moderna busca-se desnaturalizar as bases em que se funda esta forma de organização. Especificamente sobre a escassez, encontramos esta desnaturalização no trabalho de Sahlins (1978) quando nos descreve um tipo de sociedade que chamou de afluente, em que existe facilidade para satisfazer todas as vontades materiais. Este autor nos apresenta as diferenças entre os homens da sociedade moderna e os que viveram como caçadores e coletores, para quem a ideia de eterna insatisfação de desejos era desconhecida. Sahlins (1978) nos mostra que considerando os objetivos e os modos de produção dos caçadores e coletores, estes não enfrentavam dificuldades para obter tudo o que desejavam em termos materiais.

No que se refere ao mercado de trabalho e à oferta de emprego na sociedade contemporânea, porém, tal desnaturalização dificilmente pode ser aplicada – a não ser em raras exceções da vida em comunidade em que as relações de trabalho não sejam monetárias para prover a subsistência é preciso firmar contratos de trabalho, e os postos abertos não suprem a necessidade de toda a população. Assim, no mercado de trabalho a escassez é uma realidade concreta e indiscutível. Embora Solé (2008) declare que não usa a expressão capitalismo para que a ideia não fique restrita ao campo econômico, entendemos que o mundo-empresa está imerso no mesmo sistema de produção (que não se limita a trocas econômicas, mas invade outras esferas da vida humana). Em tal sistema existe o conhecido “exército de reserva”, ou seja, um contingente de trabalhadores desempregados esperando por um posto de trabalho para adentrar no mercado.

Nas relações de trabalho predominantes em nossos dias, a economia do dinheiro no mercado de trabalho mostra relações objetivas e mediadas pelo dinheiro, levando os vínculos humanos a se reduzirem, muitas vezes, a relações contratuais e transitórias. No passado, era comum o cultivo da terra e a economia de subsistência. As sociedades primitivas tinham funcionamento com maior independência ou interdependência, ou reciprocidade; a economia era parte da vida, não havendo tão fortemente a dependência. A necessidade quase irrestrita de venda da força de trabalho, tal qual se vê na sociedade de mercado, reflete que a vida está para a economia, não mais a economia para a vida, ou seja, se no passado a economia era parte da vida, na sociedade de mercado a vida parece estar para a economia.

Refletimos sobre o efeito da lógica da empresarização no trabalho, especialmente considerando o contexto do mercado de trabalho e da inserção profissional, considerando as relações de trabalho, o discurso da empregabilidade e da competitividade e a mediação do dinheiro a partir da concepção do mundo-empresa. Argumentamos que na lógica do mundo-empresa a possibilidade de manter-se em atividade remunerada, alcançando a “empregabilidade” depende do comportamento individual ser coerente com a forma de organização de uma empresa.

A empresarização é um conceito recente que representa uma realidade já consolidada. Solé (2008) argumenta que a empresa é a *força organizadora* deste mundo, no sentido de que nosso mundo estaria organizado por e para a empresa, além da economia, na construção histórica de uma nova concepção de felicidade. A empresarização do mundo, para Solé, atinge esferas da sociedade que vão além da economia. “Mundo”, para Solé (2008), significa civilização e está relacionado com uma concepção de felicidade que, no “mundo-empresa”, se traduz no desejo de ser um indivíduo único, livre, individualista, egoísta e competitivo.

Neste texto, a relação mais direta do mercado de trabalho com a empresarização é feita a partir da *escassez*. Nas relações de trabalho atuais, a economia do dinheiro no mercado de trabalho mostra relações objetivas e mediadas pelo dinheiro. A exclusão do mercado de trabalho, no mundo-empresa, representa o fracasso, dado que é o resultado do trabalho que oferece a possibilidade de satisfazer os desejos que são constantemente relacionados ao

consumo de bens e serviços. Solé (2008) aponta a empresa como responsável por criar, ao mesmo tempo, desejos e meios para sua satisfação.

Na ausência de vagas em empresas, há o discurso da empregabilidade. Encontramos na literatura que a empregabilidade é definida como a capacidade que um indivíduo possui para transacionar no mercado de trabalho, como resultado da aquisição de *know-how*; de competências; de conhecimento do mercado de trabalho e de adaptabilidade (CESÁRIO; FEIJÃO, 2014). Compreendemos que a empregabilidade não se reduz ao trabalho assalariado, pois na falta de vagas, há possibilidade de se tornar um empreendedor, ou seja, cada qual é responsável pela sua colocação no mundo-empresa. Este discurso exime de responsabilidade todo o sistema, que inclusive se beneficia de um “exército de reserva” de trabalhadores desempregados, já que isto permite reduzir o pagamento pelo trabalho contratado. Reforçamos esta ideia de empregabilidade por empreendedorismo quando percebemos na leitura de Cesário e Feijão (2014) a descrição da modificação nas métricas para avaliar a empregabilidade de um indivíduo. Descrevem os autores que tradicionalmente mediu-se a empregabilidade por indicadores objetivos como educação, formação e função, mas, recentemente, inicia-se a consideração da percepção individual sobre as alternativas no mercado de trabalho (CESÁRIO; FEIJÃO; 2014).

Solé (2008) entende que uma empresa reduzida a uma pessoa não é uma empresa propriamente dita, é o caso de um "trabalhador independente". Ainda que a dependência mensal do salário seja evidente na busca pela sobrevivência da maioria das pessoas, compreendemos que a disseminação do neoliberalismo em curso de forma globalizada incentiva a criação de pequenas empresas (LAVAL; DARDOT; 2013) como alternativa ao trabalho assalariado. No mundo-empresa, o medo da exclusão do mercado de trabalho significa o medo da exclusão social, em um contexto em que a maioria das pessoas é dependente de empresas e faz parte de um mercado de trabalho competitivo.

No liberalismo, há o forte discurso que leva a uma sensação de independência, já que “você pode empreender”, é “cada um por si”, e o sujeito muitas vezes não percebe o quanto pode estar dependente mesmo quando pensa estar trabalhando “para si”. A origem do liberalismo é creditada aos argumentos de Adam Smith (2009) quando se pergunta o que leva à riqueza das nações. Na obra *A Riqueza das Nações*, publicado pela primeira vez em 1776, Smith considera que o ser humano tem propensão para a troca, que é algo natural. Para este autor, a divisão do trabalho seria o resultado desta propensão à troca. Smith defende que, se cada um se preocupar com o seu interesse pessoal, as condições de vida de todos os membros de uma nação melhoram. A busca egoísta do interesse particular poderia levar ao “bem público”. Assim, o liberalismo tem por base a crença no egoísmo humano. Para Laval e Dardot (2013) o neoliberalismo não é igual e tampouco oposto ao liberalismo, mas trata-se da definição dos limites de atuação do Estado, em um contexto no qual a visão do egoísmo como característica humana segue presente e cada indivíduo é responsabilizado por seu destino.

De que forma isto se configura no mundo-empresa e no mercado de trabalho? Solé (2008) argumenta que a maior parte das pessoas atualmente trabalha dentro de empresas com o objetivo de ter um salário com o qual compra produtos das empresas na busca pela satisfação de necessidades. A empresa, assim, não é para este autor uma comunidade, mas uma frágil associação de indivíduos que em geral estimula a competitividade, o individualismo e o egoísmo. As pessoas competem para encontrar e conservar um trabalho, tendo sua empregabilidade medida pela percepção da própria capacidade de obter um emprego novo (BERNSTON; MARKLUND, 2007).

A necessidade de encontrar e conservar trabalho remunerado nos parece estar relacionada ao papel do dinheiro na sociedade moderna. Vivemos em um sistema no qual o lucro é estimulado, o dinheiro não é perecível, pode ser acumulado e é considerado normal acumular até mesmo muito mais do que poderia utilizar. A leitura de Simmel (1976) foi

fundamental para compreender o dinheiro no contexto do liberalismo e seu impacto nas relações humanas, em especial no trabalho.

A busca por dinheiro é uma característica do sistema capitalista. A liberdade individual (SIMMEL, 1976) caracteriza o “não depender da vontade dos outros”. A economia do dinheiro traz relações sociais objetivas e mediadas pelo dinheiro. A cultura objetiva de instituições e objetos sobrepõe a cultura subjetiva. Correlacionando com Weber, pode-se inferir que as racionalidades instrumental e formal sobrepõem a racionalidade substantiva.

Na leitura de Simmel (1976) percebemos o quanto o dinheiro trouxe transformações culturais e sociais significativas. O dinheiro tal qual o conhecemos pode ser acumulado, o que traz a sensação de potência em relação ao futuro (“posso guardar, querer, ter, comprar”) e é um símbolo autêntico da transitoriedade do mundo moderno. Assim, com o dinheiro, o sentido do trabalho muda: muito se trabalha por dinheiro, a relação de trabalho é mediada pelo dinheiro, o consumo ocorre a partir do dinheiro, vive-se em busca de dinheiro e, dificilmente, sem ele.

Fica assim evidenciada a centralidade da empresa, da remuneração pelo trabalho, das possibilidades de consumo e de compra, do dinheiro como mediador de transações. Ao analisar a ocupação francesa na Argélia e a passagem de uma economia pré-capitalista a uma economia capitalista, Bourdieu (2006) enfoca a racionalização das condutas, a assimilação de categorias de pensamento, o cálculo racional, o tempo, a previsibilidade, a necessidade monetária, a busca por segurança, os modelos abstratos de racionalidade, as resistências, o esquema de percepção da colônia, as diferenças, mudanças culturais ou aculturação e a transição para a estrutura capitalista. Na dependência econômica, o que ocorre não é uma evolução autônoma da sociedade pela sua lógica interna, mas uma mudança exógena e acelerada, imposta pela potência imperialista. A educação formal transmite a racionalização, uma “filosofia vivida” (BOUDIEU; 2006, p. 29), e aos poucos é reinventado um novo sistema de disposições sob a pressão da necessidade econômica. Assim, é preciso refletir sobre a inserção no mercado de trabalho e sua relação com a educação superior, a qual, na maioria das vezes, prepara os indivíduos para esta inserção, mantendo a relação de dependência ao sistema.

O mercado de trabalho é elemento relevante na análise da construção da autonomia humana, já que o trabalho é parte da vida do ser humano, em especial considerando a maioria dos adultos que vivem e atuam no atual contexto, em um constante querer e/ou precisar garantir sua subsistência, bem como, em muitos casos, de seus dependentes. Neste sentido, é preciso analisar o ser humano no seu contexto, o ser humano trabalhador. No sentido clássico “o trabalho é um produto no qual os trabalhadores são vendedores, os empregadores atuam como compradores, os salários são considerados, o preço e o mercado de trabalho representam o espaço onde ocorrem estas transações” (ROCHA de OLIVEIRA; PICCININI, 2011, p.1520). Já a vertente marxista coloca a desigualdade na distribuição dos recursos de poder, quando o lado da oferta “padece de uma grande fraqueza que dificulta, quando não inviabiliza as possibilidades de negociação, ficando a critério das organizações o estabelecimento do preço” (ROCHA de OLIVEIRA; PICCININI, 2011, p. 1521). Observa-se que “os trabalhadores não dispõem, ou dispõem de forma muito limitada, da possibilidade de esperar o momento mais favorável para vender a força de trabalho” (HORN, 2006), o que indica grande assimetria de poder.

Na definição clássica, o trabalhador aparece dotado de maior autonomia quanto à venda da sua força de trabalho no mercado. Mas, quantos realmente têm poder de negociação? Os trabalhadores, no mercado de trabalho competitivo, têm muitas, ou poucas opções? A maioria tem possibilidade de escolha? Geralmente, percebemos que a necessidade se impõe e a submissão e a subserviência se configuram em relações de dependência. A falta de opções, de poder decisório e as relações de dependência podem desencadear um quadro de

apatia, sofrimento ou acomodação no trabalho. O indivíduo deixa de buscar sentido ou ter consciência sobre a situação na qual se encontra, mantendo-se mero reprodutor e/ou mantenedor da estrutura.

Avançando neste debate, refletimos sobre as diferenças entre as pessoas, por exemplo, quanto às redes de contatos, ou quanto às oportunidades culturais e educacionais. Considerando a teoria da segmentação, o mercado é um conjunto de segmentos que remuneram de formas diferentes porque existem barreiras que não permitem que todos se beneficiem igualmente do mesmo nível de educação e treinamento (ROCHA de OLIVEIRA e PICCININI, 2011). É preciso considerar, portanto, a influência das redes, das relações sociais, a construção social da economia. Granovetter (1985) ressalta o impacto da estrutura social na economia, a força dos contatos pessoais, o desafio intelectual de analisar o mercado de trabalho, a estrutura social que pode, inclusive, dominar a motivação humana e influenciar fortemente as escolhas.

Até que ponto o ser humano pode *ser autônomo*, sendo tão parte da sociedade? Pode-se distinguir entre o ser individual e o contexto social? Quais os limites de influência do mercado de trabalho e das redes de contatos nas escolhas individuais? Há autonomia individual nestas escolhas, ou existe uma consciência grupal de co-influência constante?

Bourdieu (2006), ao abordar a racionalização das condutas econômicas no caso da Argélia, menciona o conceito de “homem desenvolvido” na cultura capitalista e sobre a formação para o mercado de trabalho. A educação formal transmite a racionalização, uma “filosofia vivida” (p. 29), e aos poucos é reinventado um novo sistema de disposições sob a pressão da necessidade econômica. A formação profissional está diretamente relacionada às possibilidades de inserção no mercado de trabalho, sendo que este processo é altamente relevante na análise da construção das possibilidades de escolha em um contexto capitalista.

O discurso da suposta igualdade de oportunidades enfrenta a desigualdade de condições de vida, que pode ser, na maioria dos casos, determinante para a restrição de opções profissionais e para a manutenção de condições sociais de dependência. A maioria dos jovens e adultos, assim, busca a formação e a educação sonhando com inserção profissional, mesmo que seja em subemprego. Se no Mundo-Igreja o maior medo era o Inferno, agora o medo fundamental é do desemprego (SOLÉ, 2008).

Para Cole e Tibby (2014) a empregabilidade é uma responsabilidade das universidades e deve ser preocupação presente na formação dos currículos dos cursos, sem seguir um modelo fechado, pois é preciso considerar a diversidade de profissões e compreender os contextos de cada uma ao formar profissionais. Aqui refletimos que embora o indivíduo seja considerado livre há elementos limitadores em sua busca por trabalho – o contexto das profissões, no mundo-empresa, reflete as necessidades da empresa, ou seja, o indivíduo é refém de conhecimento e experiência específicos, em um mundo com transações mediadas por dinheiro ao qual tem acesso por meio de remuneração de seu trabalho por empresas depende da demanda pelo tipo de trabalho que estiver apto a vender.

Pode-se conceber que o emprego impacta em diversas esferas da vida do indivíduo: na identidade, nas relações sociais, na organização do tempo e do espaço, na participação na esfera do consumo e na integração cívica com garantias sociais (ROCHA DE OLIVEIRA, PICCININI, 2012). A exclusão do trabalho pode levar à exclusão social. Neste sentido, o indivíduo buscaria certa estabilidade profissional, suficiente dentro das suas expectativas e do seu possível projeto de vida. O processo de inserção pode alternar entre empregos precários e desemprego, e a ocupação estável pode estar ligada à capacidade de “escapar do desemprego”, mantendo-se no mercado de trabalho (p. 66). Assim, fugir da precariedade e ter uma posição minimamente estável no mercado de trabalho poderia representar uma conquista na busca de autonomia.

Neste contexto, a educação vive um dilema: “formar trabalhadores especializados e ajustados ao mercado, ou prepará-los, de forma mais crítica, para transformarem a sociedade” (MAFRA et al, 2012, p. 42). Este debate, de alguma forma, perpassa a reflexão. A universidade é chamada a “responder às necessidades da empresa”, a fim de melhorar a “empregabilidade” da população, sendo que este processo é altamente relevante na análise da construção das possibilidades de escolha e de construção de relativa autonomia humana em um contexto capitalista.

Quais os limites e contradições de cada possibilidade educacional, considerando que a ciência não é neutra, em especial as ciências sociais? “A educação tornou-se um objeto de grande interesse dos pesquisadores analíticos, dada sua potencialidade de projetar novas organizações e mesmo de criticar as ações de alienação das organizações atuais.” (ASSIS, PAES DE PAULA, BARRETO & VIEGAS, 2013, p. 46)

Para Franzoi (2011), a inserção profissional faz parte do processo de localização e hierarquização dos indivíduos no mundo do trabalho e pode ser entendida como um campo entre a formação e o trabalho. A inserção relaciona-se ao sistema educativo, que não tem como única função formar mão-de-obra, e o sistema produtivo, que não necessariamente irá integrar os egressos do sistema educativo. “Constitui-se de disputa de poder e de valorização e legitimação dos saberes e dos diferentes atributos dos indivíduos ou grupos” (p. 229). Geralmente, os recursos e investimentos alocados para a educação pública são insuficientes, o que leva as pessoas com maior restrição econômico-financeira e menor acesso à cultura a estarem, neste caso, integradas a um sistema de ensino mais deficiente. Além disso, é preciso considerar as diferenças individuais. Conforme a teoria do Capital Humano (CATTANI, 2006, p. 58) “quanto mais o indivíduo investe na autoformação, na constituição do seu capital pessoal, tanto mais valor de mercado teria. Porém, os indivíduos são desigualmente dotados”.

No contexto do neoliberalismo globalizado a responsabilidade social de inserção no mercado de trabalho está no plano individual: da existência de políticas de emprego e renda passa-se para o indivíduo a responsabilidade pelo autodesenvolvimento a fim de se tornar competitivo e empregável (CORROCHANO, 2013). Segundo Franzoi (2011), os indivíduos se inserem no mercado de trabalho a partir de recursos diferenciados relacionados ao seu meio social e cultural e suas redes familiares; aqueles com baixa escolaridade e poucos recursos socioeconômicos geralmente têm redes de relacionamentos muito precárias e poucas possibilidades de escolha. A desigualdade de condições de vida impacta na empregabilidade, as condições estruturais e sociais podem ampliar ou restringir as opções de inserção profissional e, com o conceito disseminado de empregabilidade, o sentimento de fracasso na inserção profissional pode ser percebido como fracasso pessoal, sem consideração ao contexto estrutural.

Portanto, a formação e a inserção profissional estão diretamente relacionadas e intrincadas ao processo estrutural e social, além de considerada a dimensão individual. Enfim, as condições estruturais e sociais podem ampliar ou restringir as opções de formação e de inserção profissional do indivíduo no mundo-empresa.

No mundo-empresa a possibilidade de manter-se em atividade remunerada, alcançando a “empregabilidade” depende de um comportamento individual coerente com a forma de organização de uma empresa – estabelecer um planejamento, definir metas, buscar conhecimentos específicos e *know-how*, sempre tendo em mente que há um mercado e que neste há concorrência, em um processo dinâmico. Embora esteja claro que este processo é dependente de um processo social, cujas condições impactam as opções individuais, predomina a cultura de responsabilização do indivíduo sobre o seu sucesso (que em tal mundo depende de ter um trabalho remunerado por dinheiro que permita satisfazer as necessidades de consumo criadas e recriadas pela empresa).

Apresentamos a seguir os objetivos da pesquisa a ser elaborada a partir destas reflexões e constatações.

Objetivos

O objetivo da pesquisa é compreender as relações entre o conceito de empregabilidade e as características da forma hegemônica de organização da sociedade contemporânea – a empresa.

Objetivos específicos:

1. Descrever as características da empresa enquanto forma hegemônica de organização na sociedade contemporânea;
2. Aprofundar a compreensão do conceito de empregabilidade;
3. Investigar a percepção de estudantes e profissionais (candidatos) acerca do significado de empregabilidade;
4. Investigar a percepção de empresas especializadas em recrutamento e seleção (contratantes) sobre o conceito de empregabilidade;
5. Comparar as percepções dos atores (candidatos e contratantes).

Sobre método e instrumentos de pesquisa

Até o momento não definimos a metodologia para a pesquisa, porém compreendemos que seja adequada a aplicação de um método quantitativo. Para investigar a percepção de contratados e contratantes pensamos ser importante contar com um alto número de respondentes, não com a intenção de generalizar, mas buscando estabelecer relações e correlações entre respondentes de diferentes áreas de atuação. Dessa forma, entendemos que temos a possibilidade de ampliar a compreensão sobre o poder de influência da empresa na vida das pessoas: que qualificação buscar; que competências desenvolver; que tipo de comportamento cultivar, etc.

Serão utilizados instrumentos típicos da coleta de dados quantitativos, a exemplo de questionários construídos com base nos frameworks que se encontra na literatura tratando de empregabilidade; bem como pela literatura que aborda o empreendedorismo; também a obra de Solé (2008) e de Abraham (2006) que traz a caracterização dos traços de empresarização do mundo e pesquisas sobre mercado de trabalho e inserção profissional.

Nossa população-alvo é composta por estudantes e profissionais candidatos a uma vaga no mercado de trabalho (seja por assalariamento ou outro tipo de contrato formal) e empresas especializadas em recrutamento e seleção.

Pretendemos tratar os dados com métodos estatísticos de análise comparativa, interpretando também qualitativamente os dados, estabelecendo correlações teórico-práticas.

Sobre resultados esperados

Esperamos, a partir da pesquisa de campo, elaborar uma contribuição teórica para a teoria da empresarização no contexto brasileiro, pelo entendimento das relações entre as características da empresa e as características desejáveis para que um indivíduo seja “empregável”. Solé (2008) deixa claro que a vida é organizada por e para a empresa, e com esta pesquisa entendemos ser possível investigar uma das formas de alcance do poder da empresa na esfera individual.

Não é nossa intenção reforçar a ideia de empregabilidade como uma responsabilidade individual, e com a pesquisa pensamos ser também possível confrontar esta ideia ao mostrar os limitantes de ação dentro de um mundo organizado por e para a empresa.

Como afirmamos no início da contextualização deste texto, trata-se de uma ideia inicial e que necessita ser refinada e elaborada. No entanto, estamos submetendo este trabalho por compreender que é um objetivo da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais promover debates em que os diferentes pesquisadores possam contribuir com os estudos de seus pares.

Não há conclusões, há ideias

Refletimos sobre a construção histórica: o ser humano transforma o mundo. A tomada de consciência pode ser algo muito próprio, a partir de um desejo individual, ou pode ser construída coletivamente com vistas à dignidade humana, não ao individualismo egoísta. “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 1996, p. 35).

Na formação profissional para inserção no mercado de trabalho no mundo-empresa, os estudantes geralmente buscam melhorar a sua “empregabilidade” e/ou a sua capacidade empreendedora, almejam inserção profissional. Consideramos não excludente, ou seja, possível somar a formação crítica e o estímulo à autoconsciência à formação técnica competente: formar trabalhadores especializados, críticos e conscientes. Talvez fazendo parte do mundo-empresa com consciência, seja possível transformá-lo, preparar a trajetória rumo ao novo ainda desconhecido, mas um novo socialmente mais justo.

Para Solé (2008), ainda que seja evidente a preponderância da empresa na sociedade contemporânea, o mundo-empresa é um processo, que não é definitivo e que pode desaparecer, já que a concepção histórica do autor recusa a linearidade, entendendo que os “mundos nascem e morrem” (SOLÉ, 2008, p. 52). Entendemos que tal formação dotada de capacidade crítica pode contribuir no sentido de construir um “mundo novo”, que seja portador de uma concepção de felicidade não relacionada a “ter”.

Estudar a empresarização é um movimento de desnaturalizar o mundo-empresa. Estudar as sociedades primitivas nos permite pensar no diferente e na constituição da nossa realidade hoje. Podemos ser competentes no mundo para mudar o mundo. O desafio é que os trabalhadores especializados também tenham engajamento em diferentes frentes de debates, encarando as contradições e a complexidade dos fenômenos sociais, o que pode reforçar o embasamento intelectual e crítico no campo da Administração.

Referências

- ABRAHAM Yves-Marie. L'entreprise est-elle nécessaire? IN: DUPUIS, Jean-Pierre (org.) **Sociologie de l'entreprise**. Montréal: Gaëtan Morin Editeur, 2006.
- ASSIS, L.; PAES DE PAULA, A. P.; BARRETO, R.; VIEGAS, G. Estudos de caso no ensino da Administração: o erro construtivo libertador como caminho para a inserção da pedagogia crítica. **RAM**, v.14, n.5, 2013, p. 44-73.
- BERNTSON, E.; MARKLUND, S. The relationship between perceived employability and subsequent health. **Work & Stress**, 21(3), 279-292, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Argelia 60** – estructuras económicas y estructuras temporales. Madri: Siglo XXI Editores, 2006.
- CATTANI, Antonio David. Capital Humano, Teoria do. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

- CESÁRIO, Francisco Santos; FEIJÃO, Ana Margarida Palma. Impacto das percepções de empregabilidade num contexto de insegurança de emprego. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, n. 14, v. 1, jan-mar 2014.
- COLE, Doug; TIBBY, Maureen. **Defining and developing your approach to employability. A framework for higher education institutions.** The Higher Education Academy, 2013. Disponível em <www.heacademy.ac.uk/employability> Acesso em 10.jun.2016
- CORROCHANO, Maria Carla. Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 18, n. 1, Mar. 2013 .
- FRANZOI, N. L. Inserção profissional. In: Antonio David Cattani; Lorena Holzmann. (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia.** 2 ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011, v. , p. 229-231
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 1996. Disponível em: <http://bibliotecauergs.blogspot.com.br/2011/05/livros-de-paulo-freire-disponiveis-para.html>
- GRANOVETTER, M. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness.** In: GRANOVETER, Mark; SWEDBERG, Richard (Eds). *The Sociology of Economic Life*, 1985.
- HORN, Carlos Henrique. Mercado de trabalho. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- LAVAL, C. DARDOT, P. **La nueva razón del mundo, ensayo sobre la sociedade neoliberal.** Barcelona: Gedisa, 2013
- MAFRA, F. et al. Ensino-aprendizagem numa perspectiva crítica: relatos de uma experiência. **RAM**, v.13, n. 1, 2012.
- ROCHA DE OLIVEIRA, S.; PICCININI, V. C. Contribuições das abordagens francesas para o estudo da inserção profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 13, p. 63-73, 2012.
- ROCHA DE OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Revista de Administração Pública**, vol.45, n.5 pp. 1517-1538, 2011.
- SAHLINS, M. A primeira sociedade da afluência. In: Carvalho, E. A. **Antropologia Econômica.** São Paulo: Humanas, 1978.
- SIMMEL, Georg. **Filosofia del dinero.** Madrid: 1976.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.** São Paulo: Madras, 2009.
- SOLÉ, Andreú. L'entreprisisation du monde. In CHAIZE, Jacques; TORRES, Felix. **Repenser l'entreprise Saisir ce qui commence, vingt regards sur une idée neuve.** Paris: Le Cherche Midi, 2008.
- _____. **Créateurs de mondes. Nos possibles, nos impossibles.** Éditions Du Rocher, 2000.